

## **Introdução**

A ADRIL - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima iniciou o seu projecto a 31 de Dezembro de 1991. Dá-se assim início à intervenção do LEADER I no Vale do Lima, que veio a encerrar em 31 de Dezembro de 1994, marcado pela concretização de todos os objectivos propostos e lançando uma nova filosofia de actuação entre todos os actores do desenvolvimento local, entidades públicas e privadas.

A continuação deste projecto no âmbito do LEADER II foi equacionada ao longo de 1994, com a redefinição da zona de intervenção, realizando-se a 14 de Julho a reunião da Assembleia Geral da ADRIL que aprovou definitivamente a candidatura, que culminou com a credenciação da ADRIL a 6 de Maio de 1995. A 25 de Abril de 1996, é assinada a Convenção Nacional, dando-se início a uma nova fase que se prolongou até 31 de Dezembro de 1999.

Foram assim lançadas as bases para a continuação de um projecto que se têm revelado do maior alcance para o desenvolvimento do Vale do Lima e que é um exemplo de cooperação institucional ao nível local, nacional e transnacional.

A ADRIL é constituída por entidades representativas de todos os sectores da economia local e que são os principais actores do desenvolvimento do Vale do Lima. O sector público está representado pelas quatro Câmaras Municipais da zona de intervenção (Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo), pela VALIMA – Associação de Municípios do Vale do Lima, PNPG – Parque Nacional da Peneda/Gerês, RTAM – Região de Turismo do Alto Minho e ISPVC – Instituto Superior Politécnico de Viana do Castelo.

O sector privado está representado pelas seguintes associações:

TURIHAB - Associação do Turismo de Habitação, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Minho, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, Associação Comercial e Industrial de Arcos de Valdevez,

Associação Empresarial de Ponte de Lima, ARVAL - Artesãos Reunidos do Vale do Lima, Adegas Cooperativas de Ponte da Barca, AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, Adegas Cooperativas de Ponte de Lima, AAVL - Associação dos Agricultores do Vale do Lima, Associação Empresarial de Viana do Castelo, AEVAL - Associação Empresarial Val do Límia e CEVAL – Conselho Empresarial do Vale do Lima.

A área de intervenção da ADRIL tem inúmeras potencialidades, que para além de muitas delas aproveitadas, para o desenvolvimento do Vale do Lima, existem ainda motivos para recuperar, valorizar e dinamizar o vasto património existente nesta região, dando sustentabilidade e melhoria de vida das populações rurais, pois é por elas que deve começar e basear-se toda uma estratégia de desenvolvimento rural integrado.

Geograficamente, o Vale do Lima caracteriza-se por situações distintas, onde a jusante existe uma zona montanhosa intensa, com formações graníticas de grande extensão, onde a altitude pode ir até aos 1200m, decrescendo ao longo do vale, atingindo altitudes de 100m a montante, definindo por si só, diferentes variações de temperatura e índices de pluviosidade.

Tendo ainda a agricultura um papel de importância na região, o declínio da mesma no Vale do Lima é inexorável e todos os indicadores apontam para um processo de esgotamento progressivo. Os agricultores que trabalham a tempo total nas explorações são cada vez em menor número, desenvolvendo mais actividades exteriores remuneradas. Da população agrícola, que gravita em torno da exploração, uma parte significativa, são jovens numa situação expectante, procurando entrar no mercado de trabalho, noutras actividades.

Quadro 1. Indicadores Agrícolas

| <i>Indicadores</i>                          | <i>Minho-Lima</i> | <i>Vale do Lima (ZI)</i> | <i>Arcos de Valdevez</i> | <i>Ponte da Barca</i> | <i>Ponte de Lima</i> | <i>Viana do Castelo</i> | <i>Viana do Castelo (ZI)</i> |
|---|-------------------|--------------------------|--------------------------|-----------------------|----------------------|-------------------------|------------------------------|
| <b>N.º Explorações</b>                      | 16 735            | 9 115                    | 3 081                    | 1 123                 | 3 729                | 2 384                   | 1 182                        |
| <b>SAU (há)</b>                             | 68 273            | 42 511                   | 16 675                   | 10 784                | 10 732               | 7 110                   | 4 320                        |
| <b>Blocos/Exploração</b>                    | 8,5               | 8,2                      | 7,1                      | 12,9                  | 5,5                  | 7,2                     | 7,3                          |
| <b>Pop. Agrícola</b>                        | 57 799            | 31 865                   | 9 005                    | 3 764                 | 14 284               | 9 703                   | 4 812                        |
| <b>Produtores – Total</b>                   | 16 511            | 8 998                    | 3 037                    | 1 111                 | 3 673                | 2 369                   | 1 177                        |
| <b>Homens</b>                               | 8 842             | 4 560                    | 1 681                    | 589                   | 1 796                | 1 128                   | 494                          |
| <b>Mulheres</b>                             | 7 669             | 4 438                    | 1 356                    | 522                   | 1 877                | 1 241                   | 683                          |
| <b>Trabalho Exploração (N.º produtores)</b> |                   |                          |                          |                       |                      |                         |                              |
| <b>&gt;0&lt;50%</b>                         | 3 634             | 1 710                    | 597                      | 140                   | 672                  | 532                     | 301                          |
| <b>&gt;=50 a &lt;100%</b>                   | 8 598             | 4 832                    | 1 778                    | 761                   | 1 621                | 1 057                   | 672                          |
| <b>Completo</b>                             | 4 279             | 2 456                    | 662                      | 210                   | 1 380                | 780                     | 204                          |
| <b>Trabalho Exploração (% Produtores)</b>   |                   |                          |                          |                       |                      |                         |                              |
| <b>&gt;0&lt;50%</b>                         | 22, 01            | 19                       | 20                       | 13                    | 18                   | 22                      | 26                           |
| <b>&gt;=50 a &lt;100%</b>                   | 52, 07            | 54                       | 59                       | 68                    | 44                   | 45                      | 57                           |
| <b>Completo</b>                             | 25, 92            | 27                       | 22                       | 19                    | 38                   | 33                      | 17                           |
| <b>Actividade Exterior Remunerada</b>       |                   |                          |                          |                       |                      |                         |                              |
| <b>Principal</b>                            | 2 356             | 1 148                    | 369                      | 89                    | 542                  | 305                     | 148                          |
| <b>Secundária</b>                           | 260               | 126                      | 50                       | 15                    | 42                   | 30                      | 19                           |

Fonte: INE

O Turismo em Espaço Rural, assume hoje um papel preponderante para diminuir esta tendência, sendo neste sentido que a ADRIL vem trabalhando nestes últimos anos, aliando o vasto espólio arquitectónico, ambiental, cultural ao desenvolvimento integrado das populações rurais que carecem de meios para se fixarem nas localidades. Não é fácil dominar o êxodo rural, mas com diferentes acções de desenvolvimento, o apoio junto das populações e o conhecimento das mesmas é fundamental para que se encontre algum equilíbrio populacional.

As iniciativas levadas a cabo pela ADRIL, quer no LEADER I quer no LEADER II, tiveram um forte impacto na região, demonstrado pelos resultados favoráveis na recuperação do investimento.

Relativamente ao LEADER I, podemos hoje concluir que gerou grandes transformações na região, sobretudo nas zonas interiores do Vale.

- Difundiou-se o desenvolvimento turístico, que inicialmente se concentrava na faixa litoral e nas maiores aglomerações urbanas;
- Alargou-se a oferta a faixas sociais e etárias com difícil acesso aos benefícios do turismo, com múltiplas oportunidades e a preços reduzidos;
- Criaram-se excelentes condições de relacionamento social e para a troca de experiências entre a população rural do interior e a população urbana, incluindo um número sempre crescente de estrangeiros;
- Recuperou-se um conjunto significativo de exemplares do nosso património cultural e, sobretudo, despertou na população uma relação de afectividade e identificação com esses valores, que tendencialmente se perdia;
- Arreigou-se nessa mesma população a obrigação moral da salvaguarda do património comum e da sua transmissão intergeracional e criaram-se condições reais, nomeadamente pelo carácter demonstrativo das iniciativas, para a sua efectivação;
- Desencadeou-se um processo de aculturação e educação cívica que motivou outras entidades públicas e privadas a investir na continuidade desta iniciativa;
- Constituiu-se um apreciável complemento à economia familiar dos promotores da oferta turística, criando-se mesmo, em muitos casos, novos postos de trabalho;
- Atenuou-se a tendência crescente de desertificação e envelhecimento das aldeias, com a mobilização da população activa no sector terciário e o incremento das ligações familiares entre membros fixados e emigrados;

O Património, como expoente ou manifestação da cultura, é um dos recursos em torno do qual se podem articular estratégias de desenvolvimento rural. Assim o entendeu a ADRIL quando elaborou o seu Plano de Acção Local do LEADER II, tomando como eixo de referência o Património em todas as suas vertentes – natural e cultural, paisagístico e arquitectónico, edificado e evocativo.

Entendeu-se que a cultura em toda a sua dimensão material e imaterial constitui a identidade da região, no seu todo e nas especificidades de cada lugar, assumindo-se, com efeito, como um importante recurso a colocar ao serviço de um novo desenvolvimento.

Os edifícios, as estruturas rurais (anexos agrícolas, caminhos, pontes e muros), os padrões culturais e religiosos, a própria estrutura fundiária, os sistemas de cultivo, o aparato dos ofícios, foram construídos para responder às necessidades sociais, económicas e culturais das gerações que nos precederam e traduzem o esforço de desenvolvimento de cada época. Representam, assim, um activo fundamental para conservar viva a memória colectiva, a alma da população rural.

Mas os ajustamentos sociais e económicos que no passado recente marcaram indefectivelmente o nosso país, reflectindo-se de forma diferente em cada região, acentuaram, em muitos casos, assimetrias históricas e recresceram distorções que deixaram marcas profundas no habitat e no equilíbrio da paisagem. Produziram-se, assim, claras roturas por efeito da inadaptabilidade das estruturas tradicionais aos padrões e exigências de uma qualidade de vida para a qual uma grande maioria da população, se bem que ansiosa e justamente credora, não estava ainda em perfeita sintonia.

À incapacidade das tutelas públicas na gestão da mudança acrescia o sentimento, por parte da população, de que o passado evocava privações, falta

de conforto, uma vida dura que pretendiam esquecer, pelo que todas as referências, mormente as edificadas, que lhe recordavam, mesmo como

testemunhas passivas, esse pesadelo, constituíam assombrações que urgia derrubar ou pelo menos, reformular.

Esta mentalidade, inicialmente difundida na classe emigrante e depois generalizada com o apoio ou, pelo menos, com a apatia da sociedade culta, acabaria por provocar uma reacção a favor da reabilitação do património, da redescoberta da sua autenticidade e de um novo respeito pelo passado. Este posicionamento, já então alinhado com o que de mais avançado se fazia em toda a Europa, encontrou mesmo soluções práticas que viabilizavam economicamente a recuperação e a conservação, conferindo ao Património um desempenho determinante na promoção do desenvolvimento rural.

Foi nesta perspectiva que o LEADER II se ajustou à realidade do Vale do Lima. A aposta feita na versão anterior, com a reconversão pioneira de algumas estruturas rurais orientadas para o Turismo e a produção local, poderia ser potenciada em torno de um denominador comum que despertasse sinergias numa articulação integrada desses projectos e de outros que viessem a ser contemplados. Esse denominador comum foi, por opção assumida, o Património.

Foi possível, assim, reforçar a oferta de alojamento turístico do Soajo com uma nova acção no Lindoso, corrigindo pontualmente alguns aspectos técnicos da intervenção. Recuperaram-se 18 casas que tiveram efeito multiplicador, gerando iniciativas semelhantes dentro e fora destes aglomerados e motivando as próprias autarquias para beneficiar o espaço público. A aldeia do Soajo é hoje um lugar de referência nos roteiros do património, com uma boa oferta de serviços e proporcionando uma melhor qualidade de vida.

O sucesso destas experiências induziu dentro do próprio Programa outro tipo de iniciativa-piloto — o reforço de centralidades nas freguesias periféricas de habitat disperso. Com este projecto, as freguesias com a população

pulverizada ou agrupada em pequenos aglomerados indistintos, desprovidas de identidade própria e susceptíveis de ceder a processos de aculturação

estranha, poderiam reforçar uma centralidade representativa, em que todos se revissem. Nasceu, assim, o projecto dos Centros Cívicos, testado em três freguesias com características de ordenamento distintas, sendo já perceptível a receptividade local e o impacto gerado. Mais uma vez o Património foi a pedra angular desta nova iniciativa. Pequenas intervenções no edificado que, em alguns casos, não passaram de mera sugestão a ter em conta em próxima oportunidade; criação de um serviço de interesse público ou de um pequeno equipamento capaz de gerar animação e actividade, à custa da recuperação de um edifício mais significativo; melhoria da imagem do espaço público (remoção de fios aéreos, utilização de materiais tradicionais, alguma arborização e jardinagem, reintegração de elementos relevantes do edificado, colocação de mobiliário urbano ou instalação de sinalética).

Também no capítulo das Itinerâncias, as temáticas sugeridas justificaram uma ou outra publicação e algumas intervenções pontuais em valores assinaláveis do Património natural e cultural – o Caminho Português de Santiago, o Itinerário do Românico, os moinhos da Montaria ou o ecossistema da Veiga de S. Simão foram novos exemplos de como o Património pode constituir o argumento forte para um desenvolvimento sustentado e contribuir, simultaneamente, para reforçar a identidade cultural de uma região.

Para concluir esta abordagem é conveniente registar o contributo do Património, em todas as suas vertentes, para tornar possíveis os projectos de cooperação que a todos os níveis se verificaram no âmbito do LEADER II – ao nível local, com a criação do Turismo de Aldeia e a intervenção nos Centros Cívicos; ao nível regional, com a recuperação de três antigos edifícios, adaptando-os a Centros de Mostra de Produtos Locais; ao nível nacional, envolvendo parcerias com outros agrupamentos LEADER, que conduziram à constituição da ATA – Associação do Turismo de Aldeia e da CENTER – Central Nacional de Turismo no Espaço Rural; e ao nível transnacional, integrando o esforço comum de diversos países da União Europeia na

consolidação do Label “Aldeias de Tradição”, onde, mais uma vez, o Património é a referência central e o pilar do seu sucesso.

É nesta perspectiva de desenvolvimento que surge a candidatura à Medida 7.1 do Programa Agris, dando continuidade ao trabalho realizado por esta Associação, para que cada núcleo rural se valorize e dê melhores condições de vida às populações.

A candidatura parte como fio condutor duma estratégia levada a cabo pela ADRIL, no qual se lança mais uma pedra na construção do desenvolvimento integrado, partindo dum diagnóstico mais personalizado num determinado núcleo, avaliando as potencialidades do território bem como os seus estrangulamentos.

O diagnóstico pressupõe, ainda, a sensibilidade da equipa que trabalha no terreno, para identificar os problemas do núcleo rural, envolver toda a população num trabalho conjunto de dinamização, fazer-lhes sentir a importância da sua localidade, bem como a sua própria importância no desenvolvimento da mesma.

O diagnóstico elaborado parte de um estudo do local, que embora duma forma resumida, estabelece um conjunto de informações necessárias à intervenção. O diagnóstico das condições existentes, das potencialidades, dos estrangulamentos, pontos fortes e pontos fracos, irão permitir definir uma linha de actuação no futuro, aquando a implementação do Plano de Intervenção.



## **Metodologia**

A recolha de dados para a elaboração do Plano de Intervenção, baseou-se na análise dos locais a intervir, onde o objectivo foi essencialmente actuar em zonas mais desfavorecidas, e onde fosse possível conciliar as mais valias existentes do local, passando obviamente pela valorização e melhoramento dos espaços públicos para benefício de toda a população.

Numa primeira fase, com a colaboração da VALIMA, foram sugeridas pelas Câmaras Municipais do Vale do Lima, vários núcleos onde se previa a actuação da Medida, partindo do prévio conhecimento do âmbito de actuação da mesma.

Numa segunda fase, depois de identificados os locais a intervir, foram contactados os Presidentes de Junta para reunir os potenciais promotores, onde foi publicamente apresentada a Medida junto da população (essencialmente no final da Missa local), para começar a elaborar o levantamento das situações a intervir.

Foram constituídas equipas que trabalharam junto das pessoas, com o apoio da autarquia, que divulgou a iniciativa como recolheu os nomes dos interessados. Foram levantados e fotografados possíveis intervenções, com o preenchimento de uma ficha que descreve os trabalhos a elaborar e quantifica os respectivos custos. Paralelamente foram recolhidos dados estatísticos referentes às freguesias, para uma melhor caracterização da população e realizaram-se reuniões de trabalho, que envolveram agentes locais. Foram ainda contactadas diversas instituições para recolha de informação complementar, como a Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro-e-Minho, Câmaras Municipais, Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Associação de Municípios do Vale do Lima – VALIMA.

## Referências Históricas e Património

Situada na montanha, mas de terra fértil, Cabração dista cerca de 14 quilómetros da sede do concelho. Teria sido uma quinta de algum nobre godo, o que se colige de uma escritura que as freiras do mosteiro levaram quando foram para o Convento do Salvador de Braga.

Ali se diz que, "Indo D. Afonso Henriques à caça dos javalis, a esta freguesia, que é na serra de Arga, acompanhado de Nuno Velho, Sancho Nunes, Gonçalo Rodrigues, Lourenço Viegas, Soeiro Mendes (o Gordo), Gonçalo Ramires e outros fidalgos, o abade de Vitorino, D. Fernando, lhes deu aí de jantar, junto à capela de Nossa Senhora de Azevedo, no fim do qual o rei lhe demarcou o couto."

Cabração é freguesia do arcebispado de Braga.

Antigamente pertencia ao concelho de Ponte de Lima, mas era da comarca de Valença.

Diz-nos Pinto Leal que " No reinado de D. Sancho I (1187) o seu celledreiro, por estar a capella arruinada, quiz que se lhe pagassem certos direitos, ao que se opoz a abbadessa D. Sancha, e venceu. Depois foi vigairaria da casa de Penteeiros.

As freiras do convento do Salvador de Braga apresentavam aqui o vigario ad nutum, que tinha — o passal, oito mil réis em dinheiro, 2 alqueires de trigo, 4 cabaços de vinho e a cêra para as missas conventuaes."

Referia-se ainda à abundância de caça nesta freguesia.

Indicava ainda que em cabração nascia "um ribeiro com o seu nome, ao qual também chamavam Cadoura".

Merecem referência especial nesta freguesia alguns dos seus cruzeiros, os quais simbolizam uma marcada influência do cristianismo nesta localidade.

A história de Santa Maria de Cabração está associada à do Mosteiro de "Victori-nho", criado, segundo o Padre António Carvalho da Costa, por D. Afonso Henriques. Este mosteiro terá sido extinto pelo rei D. Sancho I.

No memorial feito pelo vigário Rui Fagundes sobre a avaliação dos benefícios eclesiásticos da comarca de Valença, organizado entre 1545 e 1549, sendo

arcebispo D. Manuel de Sousa, Santa Maria da Cabração foi avaliada em trinta mil réis.

Actividades económicas: Agricultura, pecuária e pequeno comércio.

Festas e Romarias: Senhora de Azevedo e S. Sebastião (15 de Agosto) e Santo António (domingo após 13 de Junho)

Património: Igreja paroquial e cruzeiros

Outros locais de interesse: Serra de Arga, lugar da Escusa

Artesanato: Tecelagem de Linho e mantas de farrapos

Orago: Santa Maria Nossa Senhora de Azevedo



Fig.1 Santa Maria Nossa Senhora de Azevedo

Cabração, é a uma das freguesia mais características do concelho de Ponte de Lima, inserida numa paisagem de vasta beleza, onde nos é possível observar grande parte do Vale do Lima. Inserida na encosta já a caminho da Serra de Arga, é “protegida” por esta mesma serra, formando em todo o seu conjunto de habitações e terras, um género de ferradura de cavalo, envolvida pela montanha e floresta onde sobressai uma mistura de granito e xisto característico neste local

As habitações mais antigas, tais como os muros, usam alvernarias distintas (xisto e granito), abundantes nesta paragens, onde conjuntos de casas e muros nos leva a pensar que estamos em Aldeias de Trás –os- Montes, ricas em construções de xisto.

O topónimo enuncia-se “ a Cabração”, com artigo, e este nada despiciendo para o caso, a toponímia de “cabra”, a que este caso indubitavelmente. Este nome deriva da montanha onde abundava a cabra selvagem, adequando-se ao caso desta montanha da Cabração entre Arga e a da Labruja.

Além de designar a freguesia, Cabração vigora também na freguesia vizinha Labruja, limítrofe daquela, onde não designa lugar, como nesta, mas toda a freguesia: daqui se colhe que “Cabraçã” foi na origem um designação geral (de montanha) e que passou a designar-se assim a freguesia de Santa Maria de Azevedo, quando este nome primitivo se obscureceu (mas não eliminado ainda aqui, na designação da titular igreja), com fins de localização (e tal distinção de Azevedo), adoptando-se o nome daquela área montanhosa, multissecular como ele era.



Fig. 2 – Cabração (vista do lugar da Escusa)

## A lenda da Cabração

### *“Cabras São senhor”*

«Após o reencontro no Rêgo do Azar, quiz D. Afonso Henriques voltear pelas montanhas próximas, caçando ursos e javalis. Convidou alguns poucos ricos-homens e infanções. Quando estavam no sítio que hoje se chama Cabração, apareceu muito açodado o Capelão das freiras de Vitorino das Donas, que à frente de moços com cestos pesados andava desde manhã à busca do real monteador, com um banquete mandado do Mosteiro. Em boa hora vinha a refeição. Estendeu-se na relva uma toalha de linho e sentados em troncos de carvalho cortados à pressa, começou o jantar. Alegre, ia correndo, D. Nuno Soares por alcunha Nuno Velho o postrimeiro para diferença de seu avô, a quem também haviam chamado o Velho e cujas proezas ainda se recontavam em toda a terra da Cervaria, começou a trincar um leitão assado.

- Parece-me que tens mais jeito para matar infieis, - disse-lhe o Rei brincando. - Ai Real Senhor, antes eu ficasse morto com os últimos que matei, que desde essa refrega não passo um dia que me não lembre do momento em que o bom cavaleiro Gonçalo da Maia exalou o derradeiro suspiro encostado ao meu peito.

- Quizera eu ouvir da tua boca essa heróica morte do Lidador, interrompeu o Monarca triste, mas curioso. E o Senhor da Torre do Loivo obedeceu, com voz pausada e lágrimas nos olhos.

la escurecendo o dia e era tão esquisita a coincidência de estar ali um punhado de homens, senão solenizando um aniversário, festejando uma vitória, que talvez um pressentimento apertasse o coração dos guerreiros.

Atentos, escutavam silenciosos a narração. De golpe ergueu-se o Espadeiro e olhou fito para as bandas da Galiza.

- Que examinas D. Egas? - perguntou o Príncipe. - Vejo além muito ao longe um turbilhão de pó, que se aproxima. São talvez inimigos que procuram encontrar-nos descuidados.

De facto vagalhões de poeira negra encobriam multidão fosse do que fosse. O ruído do tropel era cada vez mais distinto.

- Sejam prestes - gritou o Rei, cingindo o seu enorme espadão. Todos fizeram o mesmo. - Cavalgar, cavalgar; já não era outra a voz que se ouvia, enquanto cada um se dirigia para o lugar onde prendera o seu cavalo. O capelão olhou, escutou e sentou-se começando a comer aqui e além os deliciosos postres e bebendo aos goles pachorentos um licor estomacal, resmungando.. - Deixa-los ir que voltam breve. Eu era capaz de apostar todo o mel deste monte, em como sei que inimigos são aqueles.

E mais dizem que é mel igual ao do Himeto. A historia do Lidador é que lhes esquentou a cabeça.

Pouco depois voltavam os monteadores rindo à gargalhada. - Cabras são: - disse o rei ao apear-se, e, dirigindo-se ao padre: - bem fizestes vós que não bulistes. E D. Afonso tomando um púcaro e enchendo-o de vinho num cangirão, acrescentou.

- Bebei todos, que estais muito quentes e podeis ter um resfriado, e dissei-me depois se não valeu a pena o engano para nos refrescarmos agora com este delicioso néctar.



Fig 3 – Azulejo representativo, na Igreja Matriz de Ponte de Lima

Capelão, quero comemorar o caso de confundir rebanho de cabras com mesnada de leonezes e beneficiar o convento para vos honrar a vós que

fostes, não sei se mais perspicaz, se mais valente do que nós debicando mui socegradamente em todos os doces. Vou coutar aqui uma terra, para que as

boas monjas possam de vez em quando apanhar bom ar da montanha e rir-se de nós. Riscou-se o couto e nessa noite os cavaleiros dormiram na ermida da Senhora de Azevedo. O dito do Rei "Cabras são" corrompeu-se em Cabração.»

## Localização Geográfica



Fig 3 – Freguesias do concelho de Ponte de Lima

O Núcleo Rural Cabração, abrange uma área com aproximadamente 17,6 Km<sup>2</sup>, onde reside uma população de 155 habitantes, situado a noroeste de Ponte de Lima, concelho a que pertence, distando do mesmo 14 km, distrito de Viana do Castelo distrito, região do Minho.



## **Caracterização Edafo-Climática**

A Cabração, insere-se numa região em que o relevo desta sub-região, é fortemente modelado pela rede hidrográfica do rio Lima. Inserido no concelho de Ponte de Lima, apresenta três zonas diferentes que variam desde a zona da Várzea na depressão fluvial com cotas inferiores a 200 m, a zona de meia encosta, entre os 200 m e os 500 m, onde se insere este núcleo rural, e a zona Serrana, acima dos 500 m, confinada à Serra de Arga.

O clima caracteriza-se por temperado atlântico, com Verões quentes e Invernos frescos, características que se acentuam quando caminhamos para o interior os níveis de transição das influências mediterrâneas, atlântica e de altitude. O invernos são em geral chuvosos e frios, Primaveras e Outonos irregulares e com predominância de Verões quentes e secos. A precipitação média anual varia entre os 1000 a 1200 mm, temperaturas médias anuais na ordem do 10º a 15º C.

Graças à protecção das montanhas da Serra da Arga e Labruja, que naturalmente formam uma barreira, proporcionam um micro-clima peculiar neste local, permitindo cultivar espécies não muito vulgares em de zonas de montanha.

Os solos são de textura ligeira ou mediana, permeáveis podendo nas zonas mais húmidas perecerem solos de textura mais arenosa.

Os solos mais pobres são utilizados para pastagens, onde são características cultura como o azevém, para alimentação do gado, bem como culturas espontâneas que são utilizadas para a mesma finalidade.

## Caracterização Demográfica

A população residente do Núcleo Rural é de 155 habitantes (Censos 2001). A estrutura etária desta população está assim distribuída:

**Quadro 1 - Estrutura Etária da População Residente**

| HM    | 2001 | %    |
|-------|------|------|
| 0 -14 | 16   | 10,3 |
| 15-24 | 4    | 2,6  |
| 25-64 | 64   | 41,4 |
| +65   | 71   | 45,7 |

Fonte: INE - CENSOS 2001

Tal como acontece em outros núcleos rurais, a Cabração não é excepção para o elevado número de envelhecimento, sendo preocupante notar que dos 0 aos 24 anos, a percentagem é apenas cerca 13% da população total, e que, quase metade da população tem mais de 65 anos. Esta freguesia, tendo uma população envelhecida, não está de todo paralisada no tempo, pois uma das suas valências é contar com a população imigrante em grande número que regressam ou estão na freguesia, periodicamente influenciando no seu desenvolvimento.

A densidade populacional é de 8,8 hab/km<sup>2</sup>, valor representativo não só uma forte dispersão da freguesia, mas também de uma forte desertificação humana.

**Quadro 2 - Densidade Populacional ( Hab/Km2)**

|               | 1991  | 2001 |
|---------------|-------|------|
| Cabração      | 11,0  | 8,8  |
| Ponte de Lima | 135,2 | 138  |
| Vale do Lima  | 92,1  | 90,9 |

Fonte: INE - CENSOS 2001

As percentagens de variação da população diminuíram quer no Vale do Lima, quer na freguesia da Cabração o que comprova o abandono das freguesias rurais da população para zonas urbanas ou meio urbano, denotando neste caso, um acréscimo embora que ligeiros, em Ponte de Lima.

Não tendo dados estatísticos exactos relativamente à emigração, o contacto com a população permitiu-nos saber que, os emigrantes da Cabração tem muito pouco significado, cujo os poucos que emigraram, estão distribuídos pela França, América e Suíça.

Segundo a Junta de Freguesia, e tal como referimos anteriormente, existe um elevado número de imigrantes sediados em diversas cidades portuguesas, essencialmente em Lisboa e Porto. Esta população tem um grande impacto no local, o interesse pela freguesia é elevado, o que beneficia toda a população que reside efectivamente na Cabração. A imigração foi aliás, marcante em décadas recentes, onde a se destacaram figuras de espectro nacional, como é o caso de Alves dos Santos, ministro do Trabalho na década de 20, natural da Cabração.

Numa visita à Cabração, facilmente se percebe que tem havido recuperação do muito património rural existente, através da reconversão de casas tradicionais para segunda habitação, sendo de todo importante manter e conservar o património arquitectónico, sobretudo para a população que reside frequentemente nesta freguesia.

**Quadro 3 - Nível Instrução População Residente**

|                           | <b>2001</b> |
|---------------------------|-------------|
| Nenhum Nível de Ensino    | 26          |
| 1º Ciclo Ens. Básico      | 100         |
| 2º e 3º Ciclo Ens. Básico | 24          |

|                 |   |
|-----------------|---|
| Ens. Secundário | 5 |
| Ensino Superior | X |
| Outro Ensino    | X |

Fonte: INE - CENSOS 2001

Embora a taxa de analfabetismo não seja muito elevada (16,7%), a grande maioria da população apenas frequentou o ensino básico (64,5%), o que mostra de facto, o baixo nível de instrução da população residente. A frequentar ensino estão actualmente, 12 indivíduos, o que representa apenas 7% do total.

### Alojamento Familiar

A freguesia da Cabação é constituída por vários lugares, como por exemplo o lugar da Escusa, Balouca, Vale Escuro, Portela das Colmeias, entre outros, originados uma grande dispersão das habitações, com vários caminhos de ligação entre eles, em grande escala nesta freguesia.

#### Quadro 4 – Alojamentos Familiares

| Alojamento Familiar   | N.º |
|---|-----|
| Famílias Clássicas  | 64  |
| Alojamentos Familiares Classicos                                  | 109 |
| Alojamentos Famili. Res. Habitual                                 | 64  |
| Alojamento Ocupados para uso Sazonal ou Secundário                | 45  |
| Alojamentos Vagos   | X   |
| Alojamentos c/ Esgotos  | 41  |
| Alojamentos s/ Esgotos  | 23  |
| Licenças concedidas p/ construção de edificios de Habitação(1997) |     |
| Alojamentos com Electricidade                                     | 63  |
| Alojamento sem Electricidade                                      | 1   |
| Alojamentos com agua  | 58  |
| Alojamentos sem agua  | 6   |

Fonte: INE - CENSOS 2001

Relativamente ao quadro acima referidos, verifica-se que as principais deficiências se reportam à não existência de esgotos em algumas habitações.

Outro dos aspectos significativo é o elevado número de habitações de uso sazonal ou secundário, havendo uma heterogeneidade em relação aos valores de alojamento com “*ocupante ausente*”.

### Equipamentos e infra-estruturas Básicas

A análise do quadro 5 - Equipamentos e infra-estruturas Básicas e, depois de constatada a realidade no terreno, podemos afirmar que neste núcleo rural as infra-estruturas básicas apresentam um médio grau de satisfação, mas as infra-estruturas básicas como centro de saúde, farmácia e centro dia não existem.

**Quadro 5 – Equipamentos e Infra-estruturas Básicas**

| <b>Equipamentos e Infra-estruturas Básicas</b> | <b>Existe / Não Existe</b> |
|--|----------------------------|
| Minimercado                                    | Existe                     |
| Rede Pública Abastec. Agua                     | Existe                     |
| Rede Pública de Aguas Residuais                | Não Existe                 |
| Recolha Lixo                                   | Existe                     |
| Estação ou Posto Correio                       | Não Existe                 |
| Ensino Básico 1º Ciclo- Público                | Existe                     |
| Centro de Saude ou Extensão                    | Não Existe                 |
| Farmácia                                       | Não Existe                 |
| Centro de Dia                                  | Não Existe                 |
| Biblioteca                                     | Não Existe                 |

Fonte: INE - CENSOS 2001

O acesso ao centro de saúde, é na maior parte das vezes o de Ponte de Lima, sendo necessários percorrer cerca de 15 km, ou então, o centro de saúde de Moreira de Geraz do Lima, na outra margem do rio Lima, que dista da Cabração cerca de 16 km.

Curiosamente, não existem transportes públicos para a Cabração, havendo transporte escolar no tempo de aulas, as empresas de transportes que faziam estes serviços suspenderam os serviços justificando não haver gente suficiente, reportando prejuízos para as empresas.

A população ainda tentou manter o serviço, mesmo quando diversas famílias iam para algum lado, podendo ir num carro de um familiar, não o faziam e iam de autocarro, mas não foram bem sucedidos pois o transporte foi mesmo retirado.

### **Acessibilidades**

As acessibilidades no interior do Vale do Lima têm vindo a sofrer algumas pequenas melhorias, mais qualitativas do que quantitativas, mantendo-se a acessibilidade externa numa situação muito mais favorável do que a interna.

A rede viária principal permanece inalterada, há décadas e só a construção da auto-estrada veio introduzir uma modificação profunda, em 1998.

A construção (conclusão) dos IC1 e IC28, eixos rodoviários que, embora de nível nacional, constituem eixos de crucial importância na articulação entre a auto-estrada e as estradas de nível municipal. Trata-se de dois eixos prioritários, um litoral, o IC1, no sentido norte-sul, ligando Viana do Castelo à Área Metropolitana do Porto e à Galiza e o outro, o IC 28, longitudinal, ligando a cidade de Viana do Castelo a todo o *hinterland* rural do Vale do Lima, prolongando-se para Espanha. Ambos os eixos, uma vez concluídos, funcionarão como nível estruturante de toda a rede viária do vale.

A Cabração está assim provida, pela estrada nacional que liga Ponte da a Viana do Castelo como itinerário principal, sendo depois necessário em Fontão ou Bertandos apanhar a estrada que nos leva até Estorãos, Cabração, Cerquido e Serra da Arga

Após a conclusão do IP9 entre Viana do Castelo e Ponte de Lima, esta freguesia ficará com um nó de ligação em Estorãos (a 4 km da Cabração), o que facilitará muito a deslocação a todos os principais meios urbanos do Vale do Lima.

### **Saúde e Segurança Social**

O nível de atendimento da população dos serviços de saúde e assistência social nesta área, não são de todo eficazes, aliás como foi já referido.

O tempo de “viagem” para um centro de saúde mais próximo, é cerca de 30 minutos, para Ponte de Lima, como também para a deslocação ao hospital de Viana do Castelo com uma durabilidade de aproximadamente 45 minutos.

O meio de transporte normalmente utilizado é o táxi, onde se junto várias pessoas e dividem as despesas de transporte, ou então, aproveitam as várias boleias que surgem ao longo do dia de diferentes cidadãos da aldeia. Embora arranjem na maior parte solução para se deslocarem, não podem contar com um transporte fixo, têm assim que se “sujeitar” como nos dizia uma senhora da aldeia.

## Estrutura Económica e Meios de Produção

No que diz respeito à população empregada, na sua maioria encontra-se ocupada no sector primário, nomeadamente na agricultura, seguindo-se o ramo da hotelaria e construção civil no sector secundário.

|                    | <b>Índice de Actividade</b> |
|--------------------|-----------------------------|
| Taxa de Actividade | 31.7%                       |

Fonte: INE - 1991

Apesar deste núcleo ter uma grande actividade na agricultura (a tempo inteiro ou ocasionalmente), progressivamente, o Vale do Lima foi-se convertendo numa área rural cada vez menos agrícola, em que a agricultura ocupa um lugar cada vez menos significativo na base económica e nos rendimentos das famílias. As estruturas agrárias locais são dominadas pela pequena agricultura camponesa, pela pequena propriedade muito fragmentada em blocos dispersos, com culturas tradicionais destinadas ao autoconsumo e à comercialização, em pequena escala, nos mercados locais.

### Quadro 6 – Dist. Por sexo (residente)

|              | 1991   |      |          |      | 2001   |      |          |      |
|--------------|--------|------|----------|------|--------|------|----------|------|
|              | Homens | %    | Mulheres | %    | Homens | %    | Mulheres | %    |
| Cabração     | 71     | 39,4 | 109      | 60,6 | 72     | 46,5 | 83       | 53,5 |
| P. Lima      | 20.349 | 46,9 | 23.032   | 53,1 | 21046  | 47,5 | 23.290   | 52,5 |
| Vale do Lima | 45.146 | 45,8 | 53.418   | 54,2 | 45.507 | 46,8 | 51.767   | 53,2 |

Fonte: INE - CENSOS 2001

Como se pode observar no quadro, a tendência da haver maior número de mulheres do que homens é unânime nas três zonas referidas, aliás como acontece a nível nacional. A população da Cabração registou, no entanto, um maior equilíbrio entre o ano de 1991 e 2001. A actividade agrária é na sua maioria exercida pelas mulheres, enquanto os homens trabalham fora da aldeia, principalmente na construção civil.



**Quadro 7 – Estado civil da população**

| Estado civil da população                  | Número de indivíduos |
|--|----------------------|
| População residente HM – Solteiro          | 35                   |
| População residente HM – Casado c/ registo | 100                  |
| População residente HM –Viúvo              | 17                   |
| População residente HM –Separado           | X                    |
| População residente HM –Divorciado         | 1                    |

Fonte: INE - CENSOS 2001

**Actividade Agrária**

A actividade agrária da Cabração está distribuída por 30 explorações, numa área de 1158 ha segundo os dados estatísticos de recenseamento geral agrícola de 1999.

**Quadro 8 – Actividade Agrária – Dados gerais**

| Dados Gerais                            | Nº de explorações   | Valor   |
|---|---------------------|---------|
| Explorações                             | 30                  | 1158 ha |
| Superfície Agrícola Utilizada (SAU)     | 30                  | 1149 ha |
| SAU – Por conta própria                 | 30                  | 1141 ha |
| SAU - Arrendamento                      | 3                   | 5 ha    |
| SAU – Outras formas                     | 9                   | 3 ha    |
| Matas e florestas sem cult. Sob-coberto | 19                  | 6 ha    |
| SAU – não utilizada                     | 18                  | 3 ha    |
| Outras superfícies                      | 25                  | 1 há    |
| SAU por exploração                      | 38,29 ha/exploração |         |
| Blocos com SAU exploração               | 10,43 nº/explorão   |         |
| Superfície irrigável                    | 28                  | 21      |
| População agrícola                      | 79                  |         |

Fonte: INE-RGA99

Como podemos verificar no quadro 8, a população agrícola é de 79 indivíduos, o que corresponde a 51% da população residente. O declínio da agricultura tem sido crescente nesta freguesia, cuja grande parte desta actividade ainda se deve à existência de gado caprino, existindo inclusive, duas explorações com sentido empresarial que criam, transformam e comercializam os produtos derivados destes animais.

O núcleo rural da Cabração, como acontece em outros núcleos rurais no Entre Douro e Minho, também viu diminuído o número de explorações de 1989 para 1999, facto que nos faz a todos reflectir se não será já tarde de mais para restabelecer uma forte actividade agrária nestes meios, como em tempos existiu.

O facto de sentirmos fortemente os efeitos da globalização, podemos pensar nos efeitos positivos que nos trouxe, a consciência que a qualidade de vida depende do ambiente, da preservação da natureza, do equilíbrio natural, reportando-nos para tempos em que o quotidiano das aldeias era intenso, rural e sem dúvida com grande qualidade de vida, fundamentalmente na prevenção de muitas das doença actualmente existentes. Será portanto necessário, atender a todos estes factores actuais, e em conjunto com as várias mediadas agora em vigor, recolocar a actividade nestes aldeias, a vivência, e se não o conseguirmos plenamente, pelo menos não as deixemos ao abandono e ao cuidado da devastação.

#### Quadro 9 – Utilização das terras

| Utilização das terras                     | Nº de explorações | Superfície (ha) |
|---|-------------------|-----------------|
| Cearais para grão                         | 28                | 11              |
| Leguminosas secas para grão               | 13                | 1               |
| Prados temporários e culturas Forrageiras | 25                | 16              |
| Batata                                    | 20                | 1               |
| Horta familiar                            | 13                | –               |
| Olival                                    | 7                 | 1               |
| Vinha                                     | 27                | 2               |

Fonte: INE-RGA99

Os cereais de grão ocupam grande parte dos terrenos agrícolas, bem como, os prados temporários de culturas forrageiros, devendo-se ao número de efectivo animal existente (ver quadro 10).

A horta familiar é também factor preponderante neste núcleo, o que o identifica perfeitamente na sua ruralidade, o cultivo de vários legumes abastece em grande parte a população, onde também se salienta o elevado cultivo da batata. Devido a um micro-clima, a produção de vinho, é feito em quase todas as explorações, embora em número pequeno por cada uma das explorações, pois a vinha ocupa apenas 1 ha mas é relevante para cada agricultor que a cultiva com atenção.

## Efectivo Animal

**Quadro 10 – Efectivo animal**

| <b>Utilização das terras</b>             | <b>Nº de explorações</b> | <b>Número</b> |
|--|--------------------------|---------------|
| Bovinos                                  | 26                       | 48            |
| Bovinos – vacas leiteiras                | X                        | X             |
| Bovinos – outras vacas                   | 26                       | 48            |
| Suínos                                   | 11                       | 12            |
| Ovinos                                   | 6                        | 33            |
| Ovinos –fêmeas reprodutores              | 6                        | 26            |
| Caprinos                                 | 15                       | 369           |
| Caprinos – fêmeas reprodutoras           | 15                       | 317           |
| Equídeos                                 | 4                        | 7             |
| Coelhos                                  | 18                       | 95            |
| Coelhos –fêmeas reprodutoras             | 18                       | 57            |
| Aves                                     | 27                       | 653           |
| Aves – Frangos de carne                  | 24                       | 93            |
| Aves – Galinhas poedeiras e reprodutoras | 25                       | 318           |

Fonte: INE-RGA99

Tal como acontece nas regiões serranas, onde predominam os pastos extensivos, a criação de animais está na base da agricultura praticada em zonas rurais. A Cabração caracteriza-se principalmente pela criação da gado caprino, pois as condições de terreno e vegetação existente são mais que apropriadas para a sua criação, como aliás, demonstra o nome desta freguesia.

Os bovinos de leite são inexistentes, não existe posto de leite já à bastante tempo, sendo propícia a criação de bovinos de carne, não só pelas condições existentes, como por força das circunstância no que diz respeito aos bovinos de leite.

Como se pode verificar, pelo quadro 10, os caprinos representam a maior actividade animal, que é rentabilizada com maior sucesso, os bovinos, ovos e aves para além de se destinarem ao consumo do agregado familiar, são vendidos em feiras locais, principalmente a feira quinzenal de Ponte de Lima às segundas-feiras.

A organização de produtos de qualidade, de um pequeno comércio local dedicado aos mesmos, poderia ser mais um meio de escoar produtos, sobretudo porque possibilitaria uma divisão de custos e esforço dos agricultores. Os produtos vendidos são uma ajuda na economia familiar, a comercialização, organização, formação e acompanhamento, são alternativas que, embora de difícil implementação em zonas de fortes tradições agrárias, não são de todo impossível se houver um esforço conjunto da população, técnicos e organismos da tutela.

## Equipamentos agrícolas

Os indicadores de equipamentos agrícolas revelam que, não sendo em grande número, são de algum modo suficientes e rentabilizados, alguns trabalhos de diferentes explorações é feito, por exemplo, por um só tractor que percorre vários proprietários.

**Quadro 11 Equipamentos Agrícolas**

| Equipamentos Agrícolas         | N.º Explorações | Número |
|--------------------------------|-----------------|--------|
| Tractores                      | 6               | 7      |
| Tractores, < 55 cv             | 6               | 7      |
| Tractores, >= 55 cv            | —               | —      |
| Motoenxadas                    | —               | —      |
| Motocultivadores               | 4               | 4      |
| Motoceifeiras                  | 3               | 3      |
| Pulverizadores e polvilhadores | 3               | 3      |

A análise do quadro 12 (produtor agrícola singular), permite-nos tirar conclusões bem reveladoras da forte perda de interesse pela agricultura pelos jovens, e ainda existe um neste caso que se dedica à agricultura e tem menos de 25 anos, pois as tarefas são na sua maioria árduas, os rendimentos são escasso e tudo isto aliado ao baixo brilho profissional que a agricultura confere nos dias de hoje.

**Quadro 12 – Produtor agrícola singular**

| <b>Produtor agrícola singular</b> | <b>Nº de indivíduos</b> |
|-----------------------------------|-------------------------|
| Produtores                        | 28                      |
| Sexo: homens                      | 20                      |
| Sexo: mulheres                    | 8                       |
| Idade < 25                        | 1                       |
| Idade: 25 a < 40 anos             |                         |
| Idade: 40 a <55 anos              | 7                       |
| Idade: 55 a <65 anos              | 8                       |
| Idade: >=65 anos                  | 12                      |
| Nível de instrução - nenhum       | 15                      |
| Nível de instrução - básico       | 13                      |
| Tempo agrícola >0% a 50%          | 6                       |
| Tempo agrícola >= 50% a 100%      | 14                      |

Fonte: INE-RGA99

Os produtores agrícolas são maioritariamente homens representando 71% do número total de produtores. A população activa no sector apresenta idades avançadas, onde 96% tem acima dos 40 anos. Por outro lado, o nível de instrução predomina o analfabetismo com uma taxa cerca dos 53,6% dos indivíduos, tendo os restantes 46% o ensino básico.

Saliente-se ainda, que os produtores ocupam todos mais de metade do tempo no trabalho agrícola, revelando ser a principal actividade à qual se podem dedicar.

Evidentemente que, cativar os jovens para estas práticas é extremamente difícil, mas não é de todo impossível criar novas formas de rendimento com as matérias primas existentes, principalmente se forem de qualidade. O Turismo Rural, a Agricultura Biológica, a Manutenção da Paisagem, são factores a levar em conta não só pelos residentes, mas fundamentalmente pelos organismos tutelares, pois o desaparecimento total destas povoações terá consequências irreversíveis para a continuidade dos meios rurais.

## **Estratégia**

A área de influência da ADRIL tem beneficiado desde 1991 de uma zona de intervenção LEADER, onde o desenvolvimento tem sido lento mas consistente, nomeadamente no despertar da consciência da população local para a necessidade de preservação da sua identidade cultural e recuperação e revitalização do património cultural e ambiental. A importância do aproveitamento harmonioso dos recursos locais, são e devem continuar a ser, a prioridade de intervenção deste núcleo rural, havendo necessidade de reforçar os apoios de maneira a evitar a degradação de um património que a todos pertence e que por todos deve ser preservado, garantindo um futuro mais próspero e vida no meio rural.

Foi essencialmente este espírito de mudança e de luta contra a fatalidade ou morte anunciada do “mundo rural”, que motivou a ADRIL a apresentar esta candidatura à Acção 7 “Valorização do Ambiente e do Património Rural”, Subacção 7.1. “Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural”, pois é vontade de todos (autarquias locais, associações e população), aproveitar esta iniciativa para melhorar as condições de vida a nível local, aproveitar os recursos endógenos disponíveis para criar mais rendimentos e valorizar as aldeias e toda a sua zona envolvente, valorizando, assim, a auto-estima da população residente.

As expectativas são enormes, os contactos estabelecidos a nível local são a prova disso, a participação dos agentes locais e dos futuros promotores, que apresentaram um largo conjunto de ideias, que querem ver concretizadas, sendo este programa, apenas, o início de muitas outras iniciativas a concretizar.

Analizados os pontos fortes e as debilidades existentes na zona de intervenção do núcleo rural verificamos o seguinte:



### **Pontos Fortes:**

- *Existência de um grupo de pessoas interessadas em investir, na recuperação patrimonial e ambiental;*
- *Consciência da situação de subdesenvolvimento;*
- *Existência de importante património etnológico;*
- *Existência de importante património construído e ambiental;*
- *Disponibilidade de mercados para produtos e actividades tradicionais dos meios rurais;*
- *Água em quantidade e qualidade, no rio Lima, para abastecimentos públicos, produção de energia, irrigação;*
- *Produtos de exploração e agroalimentar de grande qualidade;*
- *Artesanato de qualidade com potencialidades de comercialização;*
- *Alta percentagem de espaços naturais;*
- *Óptimas características rurais, ambientais e naturais;*
- *Baixo ou muito escasso nível de difusão dos novos métodos organizativos e produtivos;*
- *Forte identidade cultural da zona;*
- *Riqueza e diversidade do património cultural e natural (arquitectura rural, usos e costumes, artesanato, paisagens, linhas de água, etc.);*
- *Características montanhosas e rurais da zona, extremamente motivadoras do turismo de recreio, lazer, ambiental e de descanso;*
- *Existência de produtos agrícolas de excelência, com forte aproveitamento dos recursos naturais, como o vinho, a carne de espécies autóctones – Barrosã – o queijo, os enchidos e em pequenas quantidades outros produtos, desde o mel, frutos secos, frutos e legumes diversos, ervas aromáticas etc...*

## **Pontos Fracos:**

- *Declínio populacional e população envelhecida;*
- *Baixo nível de escolarização e formação profissional das populações locais;*
- *Adversidade orográfica;*
- *Baixa nível de participação pública da população e incapacidade de organização e mobilização da sociedade civil local para as causa de desenvolvimento regional;*
- *Continua saída dos jovens mais qualificados;*
- *Baixo salários;*
- *Agricultura predominantemente tradicional com baixo índice de rendimento que se encontra em continua decadência*
- *Baixa disponibilidade de recursos financeiros;*
- *Escassez de meio tecnológicos de informação, comunicação e formação;*
- *Pouca importância para as questões do meio ambiente relacionada com a população;*
- *Deficiência nos transportes públicos;*
- *Dificuldades de acessibilidades em certas zonas;*
- *Escassez de infraestrutura de apoio à terceira idade;*
- *Degradação do património edificado;*
- *Reduzida capacidade de investimento;*
- *Fraca presença de outros sectores de actividades.*

Tendo em consideração o exposto e a análise externa e relação continuada dos principais aspectos do Mercado Comunitário que pode suportar ameaças e oportunidades para as zonas rurais de intervenção desta candidatura e conservando a mesma ordem que se utilizou para descrever os principais aspectos territoriais específicos determinantes para o desenvolvimento territorial, temos tentado destacar as principais oportunidades e ameaças que cada supõe para a região em questão. Esta análise foi completada com as principais oportunidades e ameaças que supõem o impacto das principais políticas da União Europeia que incidem sobre o desenvolvimento do território, tal e como se depreende dos acordos globais alcançados no Conselho Europeu de Berlim em Março de 1999, sobre a Agenda 2000.

## **Estruturas rurais e urbanas**

| <b>Oportunidades</b>  | <b>Ameaças</b>  |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>· III Quadro Comunitário de Apoio</li> <li>· Novas oportunidades turísticas de consumo (contacto com a natureza, a curiosidade cultural, o contacto humano, a necessidade de recuperar laços telúricos);</li> <li>· O emergir de novas formas de turismo, nomeadamente o turismo ambiental, cultural, etnológico e de aventura;</li> <li>· Inserção no Parque Nacional Peneda Gerês;</li> <li>· A relativa proximidade de centros urbanos como Braga, Porto e região da Galiza;</li> <li>· Troca de oportunidades económicas urbanas, sobre todo o nível regional;</li> <li>· Crescente procura turística, quer de portugueses quer de estrangeiros;</li> <li>· Crescente interdependência campo-cidade;</li> <li>· Incremento dos produtos agrícolas de qualidade e do turismo verde, permitindo uma reorientação e uma diversificação positiva deste sector;</li> <li>· Incremento e propensão em aplicar medidas agro-ambientais nas novas políticas.</li> <li>· Possibilidade de diversificar a produção orientada a satisfazer “nichos” de mercado específicos;</li> <li>· Cooperação institucional entre as autarquias locais e a associação de municípios e formas emergentes de organização da sociedade civil e das empresas dos diversos sectores (exemplo demonstrado no que diz respeito ao Programa LEADER.)</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>· Contínua dispersão urbana;</li> <li>· Crescente segregação social nas cidades;</li> <li>· Investimentos industriais crescentes sem garantias de controle ambiental;</li> <li>· Agravamento do processo de despovoamento e abandono das terras, pela diminuição de serviços básicos e o dinamismo das “cidades” rurais;</li> <li>· Alguma (embora fraca), influência do centro urbano de Viana do Castelo, cidade polarizada de todo o vale do Lima, tradicionalmente um vasto hinterland rural daquela cidade;</li> <li>· Desigual acessibilidades entre as regiões rurais da Europa;</li> <li>· Tendência de concentração e aparecimento de corredores de desenvolvimento;</li> <li>· Redes locais de associações demasiado fechadas, isolando as populações, no acesso à informação;</li> <li>· Concorrência dos territórios vizinhos em Espanha, ao nível do emprego e da oferta turística;</li> <li>· Insuficiente conectividade entre redes e entre modos de transporte.</li> </ul> |

## **Património natural e cultural**

| <b>Oportunidades</b>   | <b>Ameaças</b>  |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>· Áreas de interesse paisagístico e ambiental;</li> <li>· Progresso consideráveis na sensibilização para a melhoria da qualidade das águas dos rios e ribeiros;</li> <li>· Em matéria de política de meio ambiente, tem sido adoptada legislação favorável às regiões menos desenvolvidas (directiva <i>habitats</i>);</li> <li>· Aumento da sensibilidade para conservar o património;</li> <li>· Esforços consideráveis para revalorizar áreas rurais.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>· Perda da biodiversidade e áreas naturais;</li> <li>· Fragmentação espacial das zonas protegidas;</li> <li>· Pressão contínua sobre as paisagens culturais;</li> <li>· Pressão sobre o património cultural;</li> <li>· Fortes pressões urbanas e turística e ameaças de projectos de infra-estruturas;</li> <li>· Tendências a adoptar actividades sobre produtoras do património.</li> </ul> |

## **Objectivos**

A implementação deste programa no núcleo rural objecto desta candidatura, tem como finalidade operar em pequenas recuperações e na valorização do património construído, do património natural, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural, implementando projecto inovadores e demonstrativos que contribuam para a melhoria de vida dos habitantes desta zona rural e podendo transformar o tecido económico agrário local, criando condições de sustentação da população local, para que esta disponha de rendimentos adequados e atractivos face às condições de vida oferecidas pelos meios urbanos.

Pretende-se com a dinamização, revitalizar e recuperar culturas tradicionais, mitos e ritos que são obra dos próprios agricultores e dos rurais em geral, que começam a desaparecer e que há necessidade urgente de se intervir com alguns apoios financeiros de forma a consciencializar a população para a importância dos seus valores culturais.

O sucesso da implementação e concretização do Plano de Intervenção obriga à permanência de um técnico superior no terreno para apoiar, acompanhar e orientar os promotores e avaliar as a execução das acções bem como o resultado do impacto dos investimentos na zona de intervenção.

A intervenção vai incidir essencialmente na recuperação de fachadas degradadas, valorizando o património rural e criando o enquadramento necessário da zona rural onde se encontram inseridas.

Pretende-se valorizar em conjunto com as iniciativas elaboradas pelo Programa LEADER, aumentar a auto-estima das populações e dinamizar o núcleo para que as condições de vida da população sejam satisfatórias.

## **Beneficiários**

- Câmara Municipal de Ponte de Lima
- Junta de Freguesia da Cabração
- Particulares

## **Tipos de Acções a Desenvolver**

- *Infra-estruturas públicas;*
- *Dinamização e promoção do núcleo rural;*
- *Requalificação de espaços públicos;*
- *Recuperação de construções rurais de traça tradicional, através da recuperação das fachadas , telhados e caixilharias;*
- *Valorização de espaços e itinerários pedonais de interesse histórico-turístico.*

## **Conclusão**

O espaço do nosso mundo rural é caracterizado pela baixa taxa de densidade populacional e pela sua importância relativa da agricultura na economia e na sociedade. O rendimento das nossas zonas rurais apresentam níveis muito inferiores aos das zonas urbanas ou semi-urbanas, com tendência a acentuarem-se as mutações económicas e sociais, tornando-as mais vulneráveis ao impacto da globalização.

Analisadas as causas da vulnerabilidade verificamos uma continua redução do peso da agricultura na economia do país, sem que tenham aparecido alternativas credíveis de maneira a manter-se níveis equilibrados com as zonas urbanas e semi-urbanas, tendo-se verificado, pelo contrário, uma progressiva degradação do rendimento dos habitantes das zonas rurais.

O mundo rural tem pouca capacidade para atrair investimentos nos sectores secundários e terciários, por escassez de infra-estruturas de acesso e acolhimento e, também, pela localização periférica relativamente aos meios urbanos e consequentemente aos grandes mercados.

As condições de vida e de trabalho, principalmente para os jovens, são pouco atractivas no mundo rural, devido à degradação crescente que se tem verificado nos últimos anos. Estas condições não estimulam a população a fixarem-se, as expectativas profissionais são poucas, as infra-estruturas culturais, desportivas, educativas e de saúde são quase inexistentes. Esta escassez de recursos aliada à falta de oportunidades profissionais motivadoras para a população activa, principalmente os mais jovens, sem ser capaz de lhes assegurar saídas profissionais compatíveis com a sua formação académica ou profissional.

Acresce aos problemas mencionados, os problemas ambientais, que decorrem da poluição, do abandono rural, dos incêndios florestais e da destruição dos terrenos agrícolas.

A preservação do património ambiental, da paisagem, do património rural, da cultura rural, dos ritos e dos mitos, devem estar na base da identidade e da história de um povo.

O Programa AGRIS, através da medida 7.1. permitirá a aplicação prática de muito do que se tem defendido para o mundo rural e seu desenvolvimento. O desenvolvimento do mundo rural deve ser harmonioso, provocando equilíbrios e estabilidade social, podendo através desta medida contribuir-se decisivamente para a implementação de projectos incapazes de se concretizarem sem este incentivo.

Este Programa permitirá o desenvolvimento integrado numa óptica descentralizada, onde a gestão e acompanhamento será muito próxima do promotor, contribuindo, assim, para melhor rentabilização dos investimentos a efectuar. Os projectos pretendem-se inovadores e demonstrativos e que tenham como beneficiários directos agricultores e não agricultores, entidades colectivas de direito privado e entidades públicas.

A diversificação de actividades a partir da mobilização dos recursos endógenos, a recuperação do património cultural e paisagístico ligado à valorização dos recursos locais e à criação de emprego, associado às experiências até agora colhidas, serão uma mais valia que nos permite afirmar que o carácter descentralizado e a capacidade de mobilização dos agentes locais, juntamente com entidades privadas, cooperativas e associativas, com entidades públicas de âmbito regional e local, são um bom exemplo do garante da viabilização dos projectos apresentados e da sua inserção nos objectivos gerais e na estratégia delineada para o núcleo rural em questão.

A revitalização do meio rural que se pretende para cada núcleo rural prende-se com cada um dos espaços rurais, sem repetir os padrões do passado mas, também, sem perder a identidade local e o valor cultural intrínseco da cada localidade.

Por último, importará relembrar que só existirá mundo rural com vida e dinâmico se dispuser de estrutura dinâmicas e da existência de condições que dignifiquem todos aqueles que lá residam.



